

MJR NO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)

Debatendo uma nova política económica para a Europa com os parceiros sociais e da sociedade civil

(Bruxelas, 17 Fev 2016)

Na véspera da votação na Comissão ECON do Parlamento Europeu sobre o seu relatório sobre as prioridades económicas da UE para 2016, Maria João Rodrigues foi convidada para debater as suas propostas na sessão plenária do Comité Económico e Política (CESE).

Representantes de associações empresariais, sindicatos e organizações da sociedade civil compartilharam os seus pontos de vista sobre a forma de combinar responsabilidade fiscal, com um apoio mais forte para o crescimento económico e a criação de emprego. Concordaram que a "competitividade" precisa ser entendida em sentido amplo, ou seja, não só em termos de salários, mas especialmente em termos de qualidade, eficiência energética e produtividade com base em conhecimentos, competências e inovação. Foi enfatizado que o processo do Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas e sociais precisa ser teruma ligação muito mais forte com a estratégia da Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Foi igualmente realçado que o desemprego, a pobreza e as grandes desigualdades sociais continuam a ser questões prementes que a Europa precisa de lidar com a maior urgência. Mesmo que a recuperação económica esteja a acontecer de forma lenta, a situação social continua a ser preocupante na maioria da Europa - e colocam-se hoje novos grandes desafios para a administração pública da Europa e dos serviços sociais quando um grande número de requerentes de asilo continuam a fugir da violência e da pobreza existentes em outras partes do mundo.

MJR e as suas propostas políticas receberam um grande apoio neste debate políticas, nomeadamente sobre a necessidade de fortalecer a procura interna na Europa através do reforço do investimento e da redução das desigualdades sociais. O Comité apoiou igualmente os argumentos apresentados por MJR para ligar as políticas económicas europeias com a implementação dos compromissos da UE para combater as alterações climáticas e os esforços para promover uma utilização mais eficiente dos recursos naturais. Houve um amplo consenso de que todos estes aspectos devem fazer parte de uma "segunda geração" de reformas e de investimentos estruturais, que a Europa deve agora implementar depois de anos de austeridade e de reduções nos custos do trabalho.

O CESE posteriormente aprovou o seu próprio parecer sobre a Análise Anual do Crescimento de 2016. Entre outros aspectos, enfatizou que o grande afluxo de refugiados e requerentes de asilo exige medidas "com base numa uma acção conjunta e de solidariedade, no respeito do direito internacional e dos valores, da igualdade de tratamento e na necessidade de dar prioridade à vida sobre quaisquer outras considerações baseadas principalmente nas políticas de segurança".